



Escolas livres de música da cidade de João Pessoa: construção de um perfil

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

Italan Carneiro

IFPB/UFPA – italancarneiro@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa realizada junto às escolas livres de música da cidade de João Pessoa. Buscamos traçar o perfil desses espaços a partir das perspectivas dos seus gestores, corpo docente e corpo discente. Os resultados obtidos até o presente momento apontam em direção semelhante a estudos como os de Silva (1996), Higa (2007) e Goss (2009) que reconhecem essas escolas como um importante espaço de formação dentro do contexto não-formal da educação musical, marcado pela diversidade e pelo entrecruzamento com as práticas formais do ensino de música.

Palavras-chave: Escola livre de música. Escola de música alternativa. Educação não-formal.

Free Music Schools in the City of João Pessoa: Building a Profile

Abstract: This paper presents partial results of a survey conducted with the free music schools in the city of João Pessoa. We seek to define the profile of these spaces from the perspectives of its administrators, teachers and students. The results obtained so far show a similar direction as the studies of Silva (1996), Higa (2007) and Goss (2009) point out that these schools as an important area of training within the context of non-formal music education, marked for diversity and crisscross with formal practices of music education.

Keywords: Free music school. Alternative music school. Non-formal education.

1. Introdução

O presente artigo é fruto de pesquisa de pós-graduação *lato sensu*, em andamento, cujo principal objetivo é refletir sobre as características e dinâmicas das escolas livres de música¹ localizadas na cidade de João Pessoa, traçando o perfil do seu corpo discente, corpo docente e dos seus gestores. Trazemos neste texto dados obtidos na etapa inicial da pesquisa de campo, onde foi realizada a aplicação de questionários junto à gestão das sete escolas encontradas em funcionamento na cidade no segundo semestre de 2013.

É importante salientar que as questões referentes às escolas livres de música têm tido pouca repercussão na área da música, de modo que autores como Silva, desde a década de 1990, apontam que “existe um conhecimento tácito em relação às diferenças entre escolas alternativas e escolas formais de música, mas a descrição de elementos específicos pertinentes a cada uma destas vertentes não tem sido amplamente abordados, principalmente em relação às escolas alternativas” (SILVA, 1996: p. 51). Encontrando um panorama semelhante, uma década depois, Higa (2007: p. 2) ressalta que essas escolas “se constituem em importantes espaços que ainda estão por merecer mais atenção dos estudiosos”. Na mesma perspectiva,

Goss (2009: p. 14) constatou “uma carência de trabalhos acadêmicos sobre as escolas livres de música, embora elas constituam um importante espaço de atuação do professor de música”.

As escolas livres de música caracterizam-se como “sem vínculo com a rede oficial de ensino. E envolvem o ensino de música de acordo com normas estabelecidas pela própria escola, sem o compromisso de cumprir um programa determinado pelo Ministério da Educação e Cultura ou por órgãos estaduais e municipais de ensino” (SILVA, 1996: p. 51). A ausência de regulamentação curricular justifica-se na modalidade de educação ofertada nesses espaços, sendo esta a “educação profissional de nível básico”, o que os inclui na categoria da educação não-formal. Nesta modalidade, o ensino realizado é “destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia” (BRASIL, 1997: p. 7760).

2. Espaços não formais de ensino e aprendizagem de música

Acerca da classificação dos espaços de ensino e aprendizagem na área da música, acompanhamos o entendimento de Queiroz (2007) que, de maneira geral, distingue os espaços de ensino e aprendizagem de música em:

[...] **espaços formais**, que abrangem escolas especializadas da área e outras instituições de ensino regulamentadas pela legislação educacional vigente no país; **espaços não-formais**, constituídos por ONGs, projetos sociais, associações comunitárias, espaços diversos que oferecem cursos livres de música, etc.; e **espaços informais**, que abarcam manifestações da cultura popular em geral, expressões musicais urbanas, etc. (QUEIROZ, 2007: p. 2, grifos do autor)

Refletindo acerca dos espaços não formais, Queiroz e Medeiros (2009: p. 71) destacam que a educação não-formal “se caracteriza em espaços diversificados. Por tal razão estabelece ações educacionais múltiplas, que são direcionadas para objetivos definidos a partir dos princípios, valores e necessidades de cada sociedade que a utiliza”. Corroborando com esse entendimento, destacamos a fala de Gadotti (2005):

A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005: p. 2)

Ainda refletindo sobre a educação não-formal, porém no contexto específico da educação musical, destacamos a fala de Gohn (2009) que ressalta a pluralidade característica do fazer musical dentro dessa modalidade educativa:

A educação não formal existe em diferentes ambientes e situações, podendo estar organizada dentro de um conservatório ou distribuída entre professores individuais que especializam-se em determinadas áreas da música. Existem ainda materiais didáticos diversos – livros, revistas, métodos, vídeos – que permitem ao aluno ser seu próprio mestre, freqüentemente capturando informações de várias fontes para formar seu conhecimento. (GOHN, 2009: p. 2)

Os espaços que ofertam o ensino de música nessa modalidade de educação registraram um significativo crescimento nas últimas décadas, de modo que, atualmente, “é possível ter aulas de música nas casas particulares dos professores, em escolas específicas, em conservatórios, na igreja, nos bairros comunitários, nos cursos de extensão universitária, através de projetos sociais, entre outros” (MATEIRO, 2007: p. 183). Confirmando esta tendência, destacamos a pesquisa de Queiroz e Medeiros (2009: p. 71), na qual, a partir de um amplo mapeamento dos espaços de ensino e aprendizagem de música na cidade de João Pessoa, os autores confirmaram que “a exemplo do que acontece em grande parte das cidades brasileiras, os espaços não formais [de ensino e aprendizagem de música] têm adquirido grandes dimensões na cidade”.

3. Escolas livres de música da cidade de João Pessoa

Inseridas no amplo leque de possibilidades apresentado por Mateiro (2007), as escolas livres de música destacam-se como um espaço de extrema importância no contexto brasileiro de formação de músicos. Corroborando com este entendimento, Queiroz e Medeiros (2009: p. 71) apontaram esses espaços como o segundo maior espaço de formação dentro da categoria dos espaços não formais² na cidade de João Pessoa.

Acerca da dinâmica de funcionamento dessas escolas, Silva (1996) afirma que:

De modo geral, são escolas que apresentam um currículo ou programa de disciplinas flexível e repertórios voltados para estilos musicais variados, vinculados aos instrumentos dos quais dispõem, e também, ao interesse daqueles que procuram a escola para aprender música, sem oferecer, contudo, a concessão de diplomas. (SILVA, 1996: p. 51)

Refletindo sobre a significativa busca dos estudantes pelas escolas livres, assim como por professores particulares, Requião (2002) coloca que:

Percebemos que a busca de estudantes pelo saber musical fora das instituições oficiais se deve ao tipo de conteúdo aí oferecido, intrinsecamente ligado ao repertório, que é determinante para a oferta e seleção dos instrumentos musicais. Deve-se também à possibilidade de uma maior autonomia dos alunos em seu percurso de formação. (REQUIÃO, 2002: p. 65)

No período de realização da pesquisa foram localizadas sete escolas em funcionamento na cidade de João Pessoa. Buscamos inicialmente a caracterização desses espaços a partir da aplicação de questionários junto a seus gestores. A próxima etapa da coleta de dados deverá contemplar os professores e os estudantes das escolas.

Das sete escolas pesquisadas, a maior parte (quatro) apresentou uma composição bastante semelhante àquela que caracteriza as escolas formais, cujo quadro é composto por diretor (gestor), coordenador pedagógico, funcionários de atribuições diversas (recepção, limpeza, etc.) e o corpo docente. Duas escolas informaram que são compostas apenas por diretor e professores, sendo que em ambas o diretor também atua enquanto professor. E encontramos ainda uma escola cujo responsável indicou apenas professores no quadro de funcionários (vale destacar que neste espaço o responsável também atua enquanto professor). O gráfico abaixo sintetiza a composição das sete escolas pesquisadas:

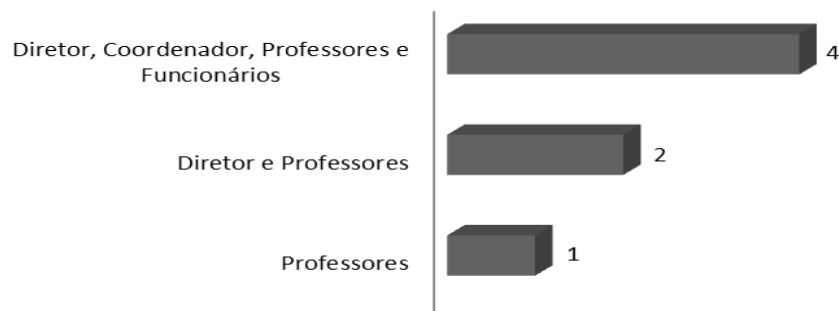


Gráfico 1 – Quadro de funcionários das escolas

Apesar da inserção na categoria da educação não-formal, as escolas livres de música possuem uma organização que se aproxima bastante das escolas formais, diferenciando-se dos demais espaços não-formais de ensino e aprendizagem de música como igrejas e ONGs. No entanto, é necessário ressaltar que, apesar das aproximações na composição do quadro de funcionários, as atribuições desses profissionais, nesse contexto, adquirem características particulares. Um bom exemplo é a função de diretor que, sendo exercida pelo proprietário em 6 das 7 escolas pesquisadas, abrange desde atribuições relativas ao setor burocrático e financeiro até a atuação na sala de aula enquanto professor, lidando portanto diretamente com conhecimentos musicais e pedagógicos.

Sobre as disciplinas ofertadas, todos os espaços indicaram que a aula de instrumento³ configurava-se como a disciplina central da escola, sendo esta, via de regra, a realidade dos espaços da modalidade não-formal de educação musical. Nesse sentido, Gohn (2009: p. 2) reflete que “esta centralização no instrumento é atraente para muitos alunos, que

acreditam assim ficar no essencial, relegando a um segundo plano o raciocínio intrínseco da academia, onde existe a preocupação de criar um embasamento geral no indivíduo”.

Apesar do foco na prática instrumental, todas as escolas pesquisadas informaram a oferta de outras disciplinas com o objetivo de complementar a formação de seus estudantes. Em quatro dessas escolas, além da aula de instrumento, os estudantes devem obrigatoriamente cursar outras disciplinas. As demais escolas (três), por sua vez, deixam à critério do aluno a matrícula em outras disciplinas, conforme indica o gráfico abaixo:

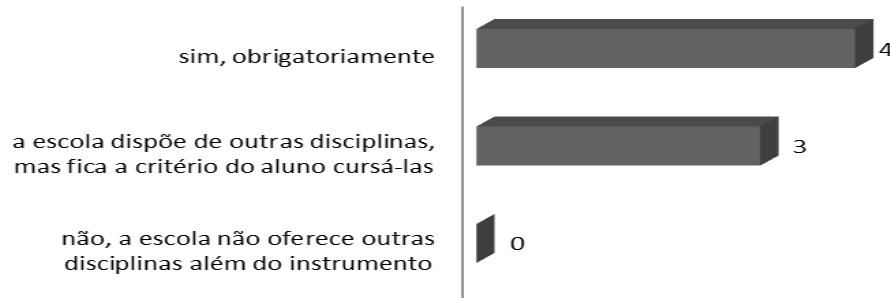


Gráfico 2 - Os alunos de instrumento/canto assistem aulas de outras disciplinas além das de seu próprio instrumento?

Apesar de tratarem-se de espaços relativamente flexíveis e com uma abordagem voltada para repertórios musicais variados, o conjunto de disciplinas ofertadas nas escolas pesquisadas corresponde exatamente aos tradicionais modelos das escolas formais de música, como os conservatórios, por exemplo, conforme destaca o Gráfico 3:

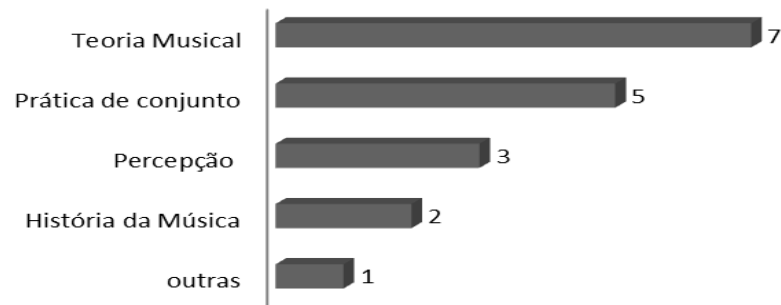


Gráfico 3 - Disciplinas ofertadas pelas escolas

Apesar do entendimento que disciplinas como “teoria musical” e “percepção musical” podem englobar um amplo leque de conteúdos (questão que será abordada no momento da entrevista com os professores), via de regra, estas são ministradas num recorte bastante restrito, limitado à aquisição dos rudimentos sobre a notação musical ocidental, empregando a tradicional metodologia que distancia a teoria da prática, comumente utilizada no ensino da música erudita europeia. Refletindo nesse sentido, Pereira (2012) ressalta que:

Percebe-se um consenso sobre como se ensinar música, como se estruturar um currículo para tal. Esta estrutura é reflexo da interiorização da história da educação musical, em especial do conservatório: teoria musical (notação), prática instrumental, estudo histórico das práticas musicais (não de todas, mas da música que vale a pena), da complexidade de sua linguagem – aí inclusas a harmonia e a análise de suas estruturas formais. (PEREIRA, 2012: p. 235)

Podemos, de fato, relacionar a configuração da “estrutura curricular” dos cursos das escolas pesquisadas à influência do tradicional modelo conservatorial europeu na formação de grande parte dos músicos brasileiros, abordada por autores como Penna (1995), Jardim (2002), Coli (2008), dentre outros⁴. No entanto, apesar do paralelo com a perspectiva tradicional do ensino de música, uma das características que destacou-se nos espaços pesquisados refere-se à autonomia garantida aos professores, de modo que os conteúdos, ou até mesmo o currículo, não encontra-se predeterminado, tampouco engessado. Essa característica apresenta-se como fundamental para esse contexto visto que “em uma escola livre de música, muitos alunos chegam com objetivos específicos e também com desejos e necessidades únicos” (GOSS, 2009: p. 31). A viabilização desse atendimento “personalizado” é o caráter individual que as aulas normalmente assumem (essencialmente as de instrumento), viabilizando a ideia que “a relação professor aluno precisa ser construída sobre uma base que mostre o respeito pelas particularidades do aluno” (GOSS, 2009: p. 31).

Em cinco das sete escolas pesquisadas, a escolha dos conteúdos a serem ministrados nas disciplinas é de responsabilidade docente, sendo essa tarefa atribuída a outro profissional em apenas uma escola, como indica o gráfico abaixo:

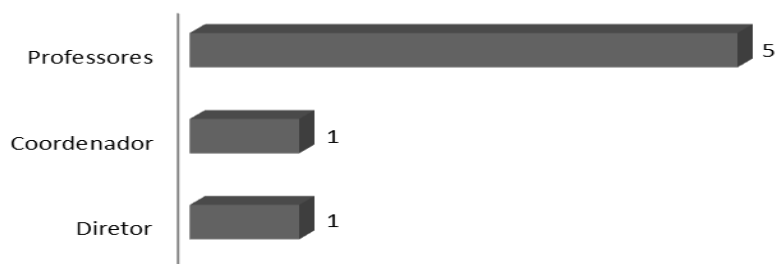


Gráfico 4 - Quem estabelece o conteúdo a ser ministrado nas disciplinas?

Apesar da significativa autonomia dada aos professores na questão dos conteúdos programáticos, nas seis escolas que afirmaram possuir alguma modalidade de avaliação da aprendizagem, o profissional que apresentou-se como principal responsável no encaminhamento desse processo foi o diretor, conforme indica o gráfico abaixo:

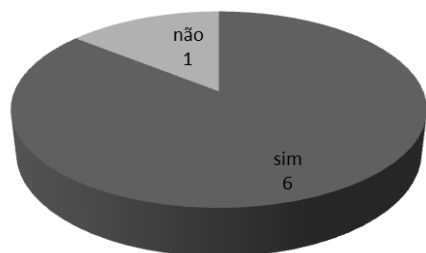


Gráfico 5 – A escola realiza algum tipo de avaliação?

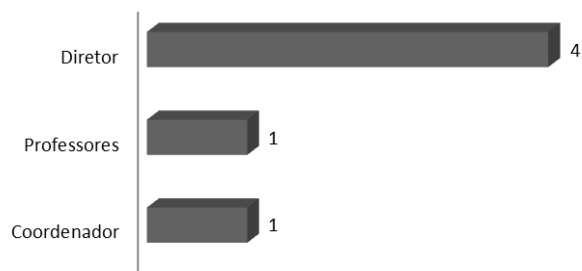


Gráfico 6 – Quem elabora o processo de avaliação?

Acerca do processo de avaliação da aprendizagem nesse contexto, destacamos a pertinente reflexão na fala Goss (2009):

No âmbito das escolas livres de música, muitas vezes não existem processos de avaliação formais. Os próprios professores, muitas vezes, criam seus métodos de avaliação, seja por aula, por semestre ou por ano. O fato de, nestas escolas, as aulas de instrumento muitas vezes serem individuais favorece um modelo de avaliação que leva em conta o processo de desenvolvimento daquele aluno. O professor tem uma visão privilegiada dos acertos, erros, facilidades, dúvidas e anseios daquele aluno, visão oportunizada pelo contato próximo e direto das aulas individuais. (GOSS, 2009: p. 22)

É preciso destacar que as questões mais pontuais sobre o processo de avaliação, incluindo a construção dos instrumentos utilizados e sua discussão entre os membros da escola (gestão, professores e estudantes) serão discutidas na próxima etapa da pesquisa, momento em que serão abordados os professores das escolas.

Uma característica comum a todas as escolas pesquisadas foi a ausência de diretrizes de funcionamento, como o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) ou instrumento semelhante, bem como reuniões de cunho pedagógico com o corpo docente. Apesar da ausência de regulamentação e normatização para esses espaços, entendemos que instrumentos dessa natureza contribuem para a construção da “identidade” da escola visto que, segundo Betini (2005: p. 37) o PPC “mostra a visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas”. Corroborando com esta perspectiva, evidenciamos o comentário de um dos diretores, realizado de forma espontânea, que salientou que “a atual falta de articulação dentro da escola, na verdade, faz com que o espaço funcione como aulas particulares”. De fato, as escolas livres de música, em muitos casos, acabam constituindo-se como um espaço no qual vários professores particulares dão aula, sem um sentido maior de integração entre disciplinas e conteúdos.

O gráfico 8 indica a presença de elementos voltados para a organização curricular:

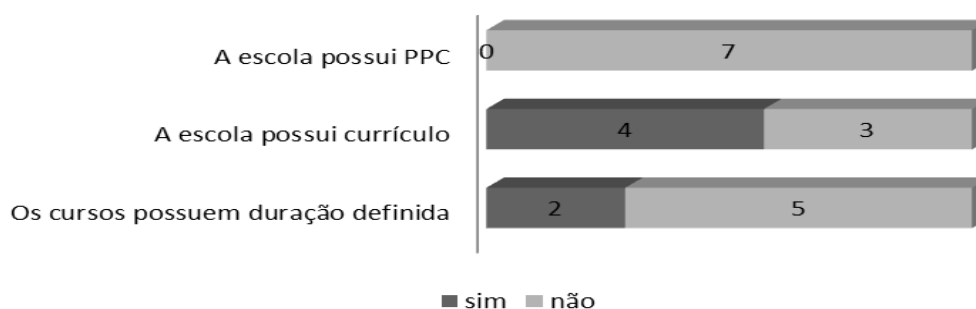


Gráfico 7 – Organização curricular

Concordando com Goss (2009), podemos afirmar que as escolas livres “aproximam-se do aspecto formal ao se constituírem como escolas”, chegando muitas vezes a adotar “procedimentos de ensino e aprendizagem característicos da educação formal”. No entanto, características como a “inexistência de currículos padronizados, a liberdade de conteúdos e os variados níveis de formação de professores que atuam nesses espaços”, dentre outros aspectos, “fazem com que estas escolas se aproximem dos espaços não-formais de educação” (GOSS, 2009: p. 40).

4. Considerações finais

Conforme acima apontado, as escolas livres de músicas da cidade de João Pessoa, podem ser localizadas na interseção entre os espaços formais e os não-formais de ensino de música. Por um lado apresentam características formais – como a tradicional composição de direção, coordenação, corpo docente, ofertam um quadro de disciplinas idêntico ao encontrado modelo conservatorial/tradicional, promovem estratégias para a avaliação da aprendizagem, etc. – no entanto atuam de forma assistemática quanto às atribuições dos seus atores, na construção de seus currículos, ou ainda na construção dos instrumentos de avaliação. Esse modelo “misto” traz ainda, em sua essência, uma característica bastante marcante (talvez a sua principal): manter o estudante no centro de todo processo. O sucesso dessa “metodologia” pode ser associado diretamente ao alto grau de autonomia concedida aos professores atuantes nesses espaços, que podem promover os ajustes necessários ao processo formativo de cada aluno com total liberdade.

Na próxima etapa da coleta de dados abordaremos os professores, com o intuito de compreender suas perspectivas em relação à sua atuação nestes espaços, buscando identificar suas estratégias de ensino. Em seguida, como última etapa do trabalho de campo,



investigaremos as expectativas e motivações dos estudantes que buscam a formação nessas escolas. Desse modo, esperamos que o presente estudo venha a contribuir para uma maior compreensão da realidade na qual as escolas livres de música estão inseridas, entendendo que, de fato, constituem um importante espaço de formação para o músico e necessitam, portanto, ser protagonistas de maiores discussões dentro parte da área da música.

Referências

- ARROYO, Margarete. Um olhar antropológico sobre práticas de ensino e aprendizagem musical. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 5, p. 13-20, set. 2000.
- BETINI, Geraldo Antônio. A Construção do Projeto-Político-Pedagógico da Escola. **Revista EDUC@ção**. Espírito Santo do Pinhal, v. 01, n. 03, jan./dez. 2005.
- BRASIL. Leis, Decretos. **Decreto nº 2.208, de 17 de Abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/4/1997, p. 7760 (Publicação Original). 1997. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-445067-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01/08/2013.
- COLI, Juliana Marília. Descendência tropical de Mozart: trabalho e precarização no campo musical. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 89-102, jul./dez. 2008.
- CUNHA, Elisa da Silva e. **Compreender a escola de música como uma instituição: um estudo de caso em Porto Alegre - RS**. 2009. 244f. Tese (Doutorado em Educação Musical), Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não formal**. Texto apresentado ao Institut International Des Droits De L'enfant. Sion (Suíça). out. 2005. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf>. Acesso em: 27/03/2014.
- GOHN, Daniel. **As novas tecnologias e a educação musical**. Disponível em: <<http://cdchaves.sites.uol.com.br/educamusical.htm>>. Acesso em: 15 out 2009.
- GOSS, Luciana. **A formação do professor para a escola livre de música**. Florianópolis, 2009. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação Musical). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- HIGA, Evandro. Centro de ensino musical ArteVida: sucessos e desafios de uma escola livre de música. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 16., 2007, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UFMS, 2007.



JARDIM, Antônio. Escolas oficiais de música: um modelo conservatorial ultrapassado e sem compromisso com a realidade cultural brasileira. **Plural – Revista da Escola de Música Villa-Lobos**. Rio de Janeiro, v. 2, p. 105-112, jun. 2002.

MATEIRO, Teresa. Do tocar ao ensinar: o caminho da escolha. **Opus**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 175-196, dez. 2007. Disponível em:

PENNA, Maura. Ensino de música: para além das fronteiras do conservatório. In: PEREGRINO, Yara Rosas (coord.). **Da camiseta ao museu: o ensino das artes na democratização da cultura**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1995. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/pesquisarte/Masters/da_camiseta.pdf>. Acesso em: 22/10/2013.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. **Ensino Superior e as Licenciaturas em Música (pós Diretrizes Curriculares Nacionais 2004): um retrato do *Habitus Conservatorial* nos documentos curriculares 2012**. 280f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação Musical em João Pessoa: a realidade do ensino e aprendizagem da música nos espaços formais e não-formais do município. In: CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 16., 2007, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UFMS, 2007.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; MEDEIROS, Pedro Henrique Simões de. Educação musical em contextos não-formais: espaços e práticas de ensino e aprendizagem da música em de João Pessoa. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 19., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2009, p. 70-73.

REQUIÃO, Luciana Pires de Sá. Saberes e competências no âmbito das escolas de música alternativas: a atividade docente do músico-professor na formação profissional do músico. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 7, p. 59-67, set. 2002.

SILVA, Walênia Marília. Escola de música alternativa: sua dinâmica e seus alunos. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 3, p. 51-64, jun. 1996.

1 Alguns autores como Silva (1996) e Requião (2002) utilizam a terminologia “escola de música alternativa”; outros, como Higa (2007), preferem “escola alternativa de música”, no entanto, fizemos a opção pelo termo “escola livre de música”, encontrada em Mateiro (2007) e Goss (2009).

2 Ficando atrás apenas das Igrejas. Vale destacar que os espaços não-formais encontrados pelos pesquisadores, exceto os da categoria “escolas e/ou aulas particulares de música”, não se configuram como contextos específicos de ensino da música. Todavia, conforme argumentam Queiroz e Medeiros (2009), eles oferecem diferentes atividades direcionadas para a formação musical e destacam-se como significativos espaços de formação no contexto de João Pessoa.

3 As sete escolas trabalham com a aula de instrumento sendo realizada no formato de 60min semanais.

4 É preciso ressaltar que não estamos nos referindo à instituição conservatório, mas ao modelo de ensino destacado pelos referidos autores. Entendemos que, do mesmo modo que o modelo conservatorial pode ser encontrado em diversos espaços de ensino de música – inclusive não-formais e informais – nem todas as instituições conservatoriais pautam sua realização sobre estes pilares, como apontam autores como Arroyo (2000) e Cunha (2009).